

# **Demo**

**○ novo instrumento  
das rendas e o  
novo Crédito à  
Habitação**

**Sebastião Lupi-Levy**

**Este demo está protegido e reserva  
todos os Direitos de Autor.**

**A obra deste demo foi iniciada no  
dia 25 de outubro de 2019 e foi  
registada no dia 14 de fevereiro de  
2020.**

**Se neste momento, por algum  
motivo, não puder comprar o livro  
do autor, a Jupiter Editions sugere  
que faça um donativo ao autor para  
o IBAN**

**PT50 0010 0000 58544220001**

**ou MB WAY 965108603**

**O seu donativo é muito importante  
para proteger a qualidade de  
escrita do autor e não deixar o  
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor  
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o  
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o  
IBAN**

**PT50 0010 0000 58544220001**

**ou MB WAY 965108603**

# A Jupiter Editions apostou em 9 livros de novos 9 autores.

O principal objetivo do donativo é a proteção da qualidade de escrita.

Por defeito, se os donatários nada disserem sobre o destino a dar, o donativo será 99% para os autores, cabendo 11% a cada um dos 9 autores e o 1% remanescente será destinado à filantropia da Jupiter Editions como a Plantação de Árvores, o Combate à Fome ou o Combate ao Lixo. O donativo pode ser feito por conta de qualquer um dos fundos que a Jupiter Editions pretende abrir e desenvolver. O donativo pode ser destinado 100% a um autor ou a uma missão.

O donativo pode ser anónimo, mas a Jupiter Editions sugere ao donatário que se identifique, sobretudo, se financiar a voz de um dos autores, para que o autor possa agradecer em nota pessoal. Basta enviar um email para [manager@jupitereditions.com](mailto:manager@jupitereditions.com) com o assunto DONATING e com o comprovativo da transferência bancária.

Se o donativo for destinado a um autor e se com o comprovativo da transferência for ainda anexada alguma fotografia ou mensagem do donatário, a Jupiter Editions obriga-se a reencaminhar o email ao autor.

Por favor, veja a nossa Política de Privacidade, para saber como é que os seus dados são tratados pela Jupiter Editions.

A Jupiter Editions não cede, nem vende os seus dados a nenhum parceiro.

**A Jupiter Editions só pode ceder os dados dos Member Readers que tenham aceitado que uma determinada empresa ou parceria comunicasse com os Member Readers.** Se uma nova parceria for aprovada pelo Centro Ético de Negócios e Parcerias Sustentáveis Para o Futuro, a Jupiter Editions pergunta na Conta Jupiter aos Member Readers interessados em facultar os seus dados à nova parceria, explicando aos Member Readers a importância dessa mesma parceria. Quando as empresas parceiras/ parcerias contactarem os Member Readers, logo no 1º contacto devem anunciar a parceria com a Jupiter Editions, para que o cliente consiga ver com nitidez as parcerias e a sua importância para a sustentabilidade das empresas num mercado altamente competitivo.

©Jupiter Editions

# Os Autores do Sistema

**Sebastião Lupi-Levy**

Registo n° 353/2020 SIIGAC/2020/847 DATA: 2020.02.14

**JUPITER EDITIONS®**

Print Your **Heart** with Jupiter Editions©

## Siga o autor @sebastiaolupilevy (...)

— É um problema dos portugueses que Portugal tem de resolver imediatamente. Quem diz portugueses, diz franceses ou espanhóis. Diz gregos ou italianos. Porque acabar-se a faculdade e não se conseguir arrendar uma casa faz ter de emigrar.

— E se nós queremos ser Portugal e somos portugueses como vamos resolver o problema dos portugueses, que é um problema nosso?

— Eu tinha pensado aqui num instrumento para adicionarmos ao nosso Código da Moda.

— Ah! Eu também tenho mais um instituto para pormos no Código da Moda...

— Código da Moda? Calma lá, que eu não sei do que é que estão a falar... Então, vocês criticavam o novo Direito da Moda e agora já estão para aí a falar do Código da Moda?

— É um código puramente virtual em que será o único código que não existirá em suporte físico. É um código altamente tecnológico em que as leis que nós lá metemos são leis tendencialmente temporárias... Leis de 2, 3, 5 anos... Leis para acompanhar uma certa realidade de um determinado tempo económico. Por exemplo, este problema das rendas é uma realidade que hoje afeta os portugueses, mas que amanhã pode não ser um problema.

— Amanhã não pode mais ser um problema. É um problema de hoje para se resolver hoje para não ser mais um problema de amanhã.

— É como se fôssemos experimentar uma lei que vimos que seria a melhor de todas as leis, mas que não temos bem a certeza da sua eficácia ou do seu impacte na economia e por isso, pomos nesse código tecnológico essa lei tecnológica tão rápido para as tirarmos também tão rápido, no caso de não atender “à Moda” e de afinal não conseguir regular eficazmente “a Moda”. Porque agora está “na moda” por uma casa que vale 200 euros no mercado de arrendamento por 800 euros, sabendo que em Portugal o ordenado médio é 1000 euros. Logo, um português não consegue pagar 800 euros, porque depois só vai ficar com 200 euros para o mês. E 200 euros não dá para nada como bem sabemos...

— É que isto até é um gozo à própria economia. Quando desvirtuamos assim o preço das coisas estamos a desvirtuar também a economia. Tudo bem que o preço das coisas é virtual e subjetivo, porque há e tem de haver uma liberdade, mas na sua virtualidade acaba por haver um tato, não é? Olhamos para uma casa e dizemos logo se vale ou não vale aquilo. Vemos as profissões que existem, vemos os ordenados que existem e muito rapidamente construímos uma hierarquia automática nas nossas cabeças e sabemos que para se comprar aquela casa, temos de ter aquela profissão ou temos de fazer aquilo ou também aquilo. Olhamos para o banco, sabemos que nos poderá dar uma manobra ali para a coisa e andamos assim, com o preço das coisas, a saber o preço das coisas. Só que isto era dantes. Antes, eu olhava para uma casa de meio milhão e sabia o que tinha de fazer se quisesse mesmo ter aquela casa e conseguia tê-la. Hoje já não consigo. Porque a casa passou para milhão e meio, para 2 milhões, 3 milhões, 5 milhões, 8 milhões. E não há profissão

nenhuma, livro nenhum que eu escreva em Portugal, nem canção nenhuma que eu componha em Portugal, nem telenovela nenhuma que eu grave em Portugal, que me dê os euros para eu conseguir comprar aquela casa que antes me davam. Que antes o banco me dava. Tudo aquilo que eu andei a planear, tudo aquilo que andámos a planear, afinal tornou-se impossível. Desapareceu. A ideia que eu tinha de poder ter uma casa boa se eu tivesse uma profissão boa, afinal tornou-se numa mentira. Numa mentira do sistema. Numa ideia que foi o sistema que me deu. Foi o sistema que me incentivou a ir para Direito, para Arquitetura, para Medicina... E afinal vou para Direito para quê? Para chegar à melhor firma de advogados do país, que afinal essa firma é nada mais nada menos que uma empresa que me explora e me consome por completo, cheia de competição e intriga trazendo a vida do liceu e da faculdade toda atrás? Para eu, advogado, com o meu intelecto, estudo e arte jurídica, ganhar um caso em tribunal e desse caso que eu ganhei irem 4000 mil euros direitinhos para a empresa e eu advogado receber 100 ou 200 euros? Nem ter dinheiro para pagar uma renda em Lisboa? Mas andar de fato? Ter dois ou três fatos? Ter duas ou três gravatas? Então, não quero ser advogado! Andar o dia todo a trabalhar que nem um escravo, sair do escritório esgotado e nem ter tempo para namorar para receber nem 1000 euros por mês? Porque eu, advogado, cheguei agora da escravatura cansadíssimo a casa e só tenho tempo de dar um beijinho à minha namorada que é médica e já está a sair a correr para o hospital para fazer banco toda a noite feita escrava, porque também ela só vai trazer 1200 euros ao final do mês?

— Porque são 1200 euros que um estúpido governo paga aos médicos!

— Porque só um governo estúpido, só um governo *muita* estúpido paga 1200 euros aos médicos!

— Porque só um governo estúpido é que pode querer fazer uma guerra com os médicos! Mas quem é que é o governo que quer fazer uma guerra com os médicos??? Porque isto é uma guerra! Claro, que é uma guerra!

— Claro, que é uma guerra! Porque um governo ver que um médico não está a conseguir pagar uma renda em Lisboa, é um governo que está a querer fazer guerra com os médicos!

— E se nem um médico consegue pagar uma casa em Lisboa eu imagino todos os outros portugueses que não são médicos...

— Mas não é só em Lisboa. Não é só em Lisboa e nos arredores. Já está tudo inflacionado. (...) A inflação até às ilhas já chegou. Não dá para ir para lado nenhum. Está tudo caro em Portugal...

— Está tudo caro em Portugal, para os portugueses, é claro...

— E depois aparecem aqui os pais a dizerem aos filhos que é melhor juntarem-se a alguém, porque assim a vida fica mais fácil... Porque assim “fica mais fácil pagar as despesas”...

— São os próprios pais que dão cabo das instituições, dos regimes... Por tanto serem e tanto quererem ser, na sua robofilia, robots do sistema, por tanto serem robots dos regimes, dão cabo dos regimes do amor, do namoro e do casamento...

— Claro... Dizem aos putos para arranjar uma namorada para dividirem a renda... Dizem aos putos que têm de arranjar uma namorada...

— Este “ter de arranjar” é um crime saído da boca dos pais!

— E se eu não quiser arranjar namorado nenhum para dividir comigo a renda de casa e simplesmente seja inteligente e veja que não é normal mais de metade do meu ordenado ser para pagar a merda da renda de uma casa de merda? Mas é normal por acaso eu ter ido para medicina, ter andado a estudar não sei quantos anos e começar a trabalhar e ter que sair da casa dos meus pais para viver num quarto???????????????????????????????????? E ter de ouvir a merda de um sistema, que só pode ser um sistema de merda montado por gente de merda, dizer que é normal? Que é normal eu, médico, trabalhar num hospital em Lisboa e não ter dinheiro para pagar uma casa em Lisboa? Isto é normal onde???? Na cabeça de quem?? Eu, médico, até podia receber 1200 euros e ficar calado se só precisasse de 250 euros para arrendar uma casa. Quartos a 500 euros? Mas eu existo para quê??? Para dormir e trabalhar? É só essa a minha vida, não? Não tenho um mundo para ver, não tenho ideias da minha cabeça para registar, não tenho amigos para me encontrar???? Porque eu, médico, não tenho de continuar a viver em casa dos meus pais nem tenho de procurar um quartito para viver com o meu namorado!!!!

— E se há médicos a viverem em casa dos pais ou a juntarem-se todos uns com os outros para conseguirem arrendar uma casa, imaginemos todos os outros que não são médicos...

— Isto é anedótico! Ver médicos a arrendarem quartos???? E depois ainda temos o mesmo governo que paga mal aos médicos com ideias de os prender ao Serviço Nacional de Saúde não os deixando ir para o privado para poderem arrendar ou comprar casas melhores?

— É claro que depois vêm os portugueses pobrezinhos de espírito dizerem que somos fúteis, porque estamos preocupados em que os médicos tenham casas boas... Claro que estamos preocupados com isso!

— Claro que estamos muito preocupados se os médicos não conseguem comprar casas em Portugal... Porque se o médicos não conseguem comprar casas boas imaginemos quem não é médico! É por isso que o nosso referencial são os médicos num Parlamento Científico! O Parlamento tem de ser científico não é anticientífico!

— E claro que temos de falar de casas boas, não vamos estar aqui a falar de apartamentos T1, porque um médico não tem de se endividar para toda a vida para viver toda a sua vida num pequenininho apartamento T1...

— Sim, já que a lógica do sistema que herdámos é a dívida, ao menos que se eu me endividar, me endivide logo com o banco para toda a vida, mas que toda a vida em viva na casa dos meus sonhos...

— Mas ainda nos vão chamar fúteis e materialistas... Que só pensamos em casas boas...

— Como se ter uma casa normalíssima, com jardim, um terraço ou uma varanda com uma vista bonita, um quarto de visitas para receber os meus amigos ou família, uma sala grande para pode estar e onde vou estar toda a vida fosse algum tipo de materialismo.

— Mas porque é que eu preciso de uma sala grande?... Deixem-me lá ver... Já sei... Para poder caber nela um sofá, uma

estante com os livros da Jupiter Editions e uma mesa de jantar para sentar de uma vez só 12 amigos meus, por exemplo.

— As pessoas confundem tudo. Uma casa não é um bem material. Não é um bem móvel. É um imóvel. É uma propriedade. Eu não agarro na minha casa. Eu não ando com a minha casa atrás. A minha casa está fixa ao solo. É uma propriedade. É a minha propriedade. É o meu sentido de propriedade no mundo. É muito importante eu poder ter um sentido de propriedade no mundo em que eu vivo. Ter uma casa boa, uma casa digna, é sim um direito fundamental.

— Ninguém está a falar carros. Com transportes públicos e bicicletas não acho que ter um carro é um direito fundamental. Não é. É um luxo. E por isso, não tenho nada que ver nem que me meter no preço dos carros. Devo deixar o mercado livre a vender os carros ao preço que quer sem interferir. Se eu quiser interferir que compre. Deve ser essa a minha interferência. Ninguém está a falar de joias ou mesmo de mobílias. Joias, livros, quadros, mobílias, carros são tudo móveis, são tudo coisas móveis, são tudo coisas de luxo e eu devo pagar o luxo. Se quer luxo tenho de pagar o luxo! Ter um barco não é um direito fundamental. Ter uma piscina não é um direito fundamental. Mas ter uma casa é um direito fundamental. E talvez, ter um jardim, possa sim ser um direito fundamental. Porque, na minha definição de casa, pode ser importante eu ter um jardim para plantar as minhas raízes, as minhas árvores, vê-las crescer, ver o meu sentido de propriedade. Ninguém está a falar de piscinas. Ninguém está a falar de quartos que nunca mais acabam. Ninguém está a falar de triplex.

— Mas porque é que eu não posso falar num duplex, como se um duplex fosse uma coisa “só para ricos” quando os apartamentos duplex custavam 250 mil euros e as moradias

duplex custavam 300 ou 400 mil euros? Pode ser importante para o cérebro ter de subir e descer escadas na sua própria casa. Isto pode ser importante! Pode ser importante para alguns cérebros, a casa ter de ter escadas.

— Ou a casa ter de ter um jardim.

— Ou a casa ter de ter um terraço onde eu possa simplesmente deitar-me ao solo sem ser sobrevoado por um drone. Isto pode ser muito importante! Esta paz de espírito! Esta paz tecnológica!

— Mas ainda vão dizer que temos um espírito fútil, que temos um espírito com sentido proprietário que se quer tornar proprietário de casas boas...

— Mas porquê?

— Porque eu tenho um sistema que conseguiu hipnotizar uma sociedade. Que nessa hipnose, lhe instalou umas “escadinhas da vida” e lhe disse que quando saísse de casa dos seus pais, independente da profissão que tivesse, teria que primeiro arranjar um quartito ou contentar-se com um mísero T1 e que para não pensar em T3 enquanto não tivesse o terceiro filho...

— Mas eu tenho de chamar a Psicologia para aqui, ou quê? Porque é que uma sociedade doente e hipnotizada, completamente hipnotizada, acha normal um casal ou solteiro ter de ficar satisfeito com um mísero T1?????

— Sei lá... Vai perguntar à sociedade... Não grites comigo! Grita com a sociedade!

— Ele nem sequer te gritou... Já estás a montar um intriga...

— Nem sequer te gritei! E eu não tenho de ficar satisfeito com uma ou duas assoalhadas, só porque vivo sozinho ou com o meu namorado, quando o meu namorado é médico ou arquiteto e eu sou advogado ou sou uma máquina de escrever que escrevo sem parar!

[— Tlim]

— Vocês ouviram um “tlim”?...

— Não ouvi “tlim” nenhum...

— Um “tlim” que parecia de uma máquina de escrever?

— Não ouvi “tlim” nenhum...

— O espaço é muito importante! O espaço traz felicidade, segurança, sentido de propriedade, bem-estar psicológico... É muito importante eu poder dar passadas na minha casa. Poder dar passadas na minha casa faz-me feliz. Faz-me ser feliz na minha casa. Não é ter de ter uma casa muito grande que nunca mais acaba. Mas é não viver numa casa minúscula, num quarto minúsculo em que não há sequer separação das partes comuns da casa. É muito importante eu ter dinheiro para poder mobilar a minha casa. Pode ser importante, mesmo que eu só viva com o meu namorado ou sozinho, viver num T3, para ter um quarto de visitas para receber os meus amigos ou família e para ter ainda um terceiro quarto para fazer dele um escritório, um ateliê ou um ginásio, o que quiser, sem ter de trabalhar a minha mente, espírito ou corpo no quarto onde eu durmo, porque o quarto onde eu durmo é para eu dormir.

— E um verdadeiro direito à paz tecnológica traduz-se não só em eu estar repimpado no meu terraço ou debruçado na minha varanda ou alpendre e não ser sobrevoado por um drone ou avistado por uma câmara venha ela donde vier, como se traduz também na minha liberdade de poder viver num prédio que não tem câmaras, porque eu não quero que a minha imagem seja processada nem pelas câmaras do condômino nem pelas câmaras do senhorio. Poder dar-me a este luxo de paz tecnológica, pode sim constituir um direito fundamental.

— Porque eu posso ter liberdade para comprar ou arrendar um apartamento em que o condomínio tem câmaras por todo o lado, porque o mercado das câmaras de vigilância conseguiu hipnotizar o Direito e conseguiu meter na cabeça “de todos” que seria “mais seguro”...

— Como se o assaltante não pudesse simplesmente aparecer mascarado ou encapuzado...

— Ora, tenho de ter liberdade para comprar ou arrendar um apartamento em que o condomínio não tem câmaras. Porque neste sufoco de câmaras em que nem dinheiro tenho para poder arrendar ou comprar uma casa livre de câmaras, pode sim fazer com que eu perca o sabor de querer viver na Terra e desejar que o futuro imprima uma nave espacial que me leve para *Jupiter* de Gabriel Garibaldi onde sei perfeitamente que uma sociedade sofisticada e inteligente vive feliz rodeada de tecnologias e nenhuma dessas tecnologias avançadas são câmaras de vigilância nem microfones com poderosos algoritmos...

— Como é que as pessoas inteligentes, avançadas tecnologicamente que veem a tecnologia, podem viver felizes num prédio cheio de câmaras sofisticadas em que sabem que as câmaras têm reconhecimento facial?

— E que por isso, sobem sempre com os seus amigos a dizerem «olhem para baixo, não mostrem a vossa cara, porque as câmaras do prédio têm reconhecimento facial»...?

— Ou então: «Não falem agora aqui no prédio, já falamos... Já falamos quando entrarmos dentro de casa, porque as câmaras têm microfones incorporados...»

— «E mesmo em casa, temos de falar baixinho, porque as paredes afinal têm mesmo ouvidos... É que os microfones do prédio são altamente potentes e se falarmos muito alto em casa, os microfones ouvem tudo...»

— Isto será normal? Isso será mesmo normal? Algum dia isto poderá ser normal? Será que algum dia um direito maquiavélico sedento por dados conseguirá implementar esta tecnologia nos cérebros humanos?

— Eu sei lá...! Do direito que é feito por estúpidos humanos já estou à espera de tudo...

— «Não podemos falar na cozinha, porque na cozinha o meu senhorio instalou uma câmara, por causa dos inquilinos anteriores que roubaram loiça... É só para proteger a loiça... Só que a câmara tem um microfone incorporado... Por isso, não podemos falar na cozinha. Na sala podemos, mas tem de ser baixinho, para o microfone da cozinha não nos ouvir...»

— Vocês acham mesmo que nós ainda vamos assistir a senhorios a instalarem câmaras de vigilância dentro das casas, na cozinha com a desculpa que os anteriores inquilinos levaram a loiça toda?

— Claro que acho! Acabei mesmo agora de ver...

— Ou vamos assistir aos senhorios a instalarem câmaras de vigilância no hall de entrada com o pretexto de estar no contrato de arrendamento que o inquilino está proibido de receber visitas em casa...

— Como se o senhorio pudesse fazê-lo...

— Como se o senhorio não pudesse fazer o quê? Instalar as câmaras de vigilância ou proibir o inquilino de receber amigos?

— Ambos, como é lógico! Para além de ser evidente que os senhorios, com o nosso Direito, não podem instalar câmaras de vigilância dentro das casas arrendadas, ainda com o nosso Direito, por mais que escrevam que os inquilinos estão proibidos de receber visitas ou fazer festas no contrato ou num regulamento de merda e o afixem dentro de casa, nós, Direito, olhamos para essas cláusulas, do contrato ou do regulamento, e vemo-las como inválidas.

— Como vemos também inválidos os acordos entre os patrões e os trabalhadores em que os patrões deram um quartito ao trabalhador mas proibiram-no de receber visitas, dates ou viverem com o seu namorado, marido ou família... Os patrões não mandam na vida privada e íntima dos trabalhadores mesmo que lhes tenham dado uma casa ou um quartito...

— É claro que aos nossos olhos jurídicos, tais cláusulas serão sempre inválidas.

— Aquelas cláusulas que dizem que o inquilino tem de avisar o senhorio sempre que receber visitas ou que as visitas pernoitem é de chorar a rir!

— Mas seria muito importante que todos os inquilinos soubessem que por mais que isto esteja escrito num contrato ou num regulamento inventado pelo senhorio, que o Direito olha para essas cláusulas e as tem sempre por inválidas! Era aqui que o Direito poderia aproximar-se da sociedade tecnológica informando-a sobre os seus direitos em relação às tecnologias.

— Bom... Estamos a ser um Direito... Estamos a aproximar-nos da sociedade tecnológica... Estamos a informá-la...

— Nós não queremos uma sociedade desinformada sobre os seus direitos. Queremos uma sociedade informada. É importante que os inquilinos saibam que quando celebram um contrato de arrendamento, que por mais que a casa seja arrendada, o senhorio ou “o patrão” não pode entrar em casa nem tem nada que ver se todos os dias eu levo amigos lá para casa e que não pode instalar qualquer tipo de tecnologia que faça a gravação de imagens, sons ou movimentos da minha vida íntima e privada e que a minha vida íntima e privada é em toda a casa e não só no quarto ou na sala de banho...

— Está claro que com o nosso Direito, os senhorios não podem proibir nem controlar as visitas dos inquilinos, nem sequer com a desculpa do vírus tecnológico de 2020 que aparece em *2080* de Antoine Canary-Wharf...

— Mas será que o senhorio ou o condómino não podem proibir de terem um animal de estimação que possa ladrar muito, sem parar, a toda a hora pondo em crise o Direito À Paz, Tranquilidade e Sossego e o Direito ao Bom Ambiente de toda a vizinhança?

— E será que o senhorio não poderá proibir de fumar em casa por causa das mobílias, tendo em conta que os cigarros são radiativos e o fumo radioativo fique entranhado nas mobílias da casa?...

— Sobre a proibição de fumar, até poderíamos ser “empáticos” para as mobílias do senhorio, mas acho que o Direito não se pode meter nisso e simplesmente dizer que isso não poderá passar de um acordo de cavalheiros. Não vamos trazer leis ao Direito imperfeitas que depois não têm valor nenhum ou que com elas depois não se possam fazer nada. Senão vejamos: se o senhorio não pode entrar em casa do inquilino, se há e tem de haver uma verdadeira liberdade dos inquilinos dentro das suas casas com o Direito a proteger sempre a reserva da sua vida privada e íntima e podendo até o ato de fumar ser um ato da vida privada, podendo simplesmente o senhorio perguntar ao inquilino se fuma e o inquilino com todo o seu direito mentir porquanto tenho todo o direito em mentir aspetos que sejam da sua vida, seja ela privada ou não, que sentido fará o Direito vir dizer que os senhorios podem proibir o inquilino de fumar, mas depois vir o Direito dar razão ao inquilino porquanto o inquilino diz que não fumou, que é verdade que recebeu amigos lá em casa e que talvez enquanto ele estava a tomar duche um dos seus amigos esqueceu-se “da regra” e fumou? E sendo tudo isto mentira, não há como provar. Como pode toda a vida o inquilino ter fumado na casa e no momento em que entrega as chaves ao senhorio o senhorio dizer que a casa cheira a fumo por todo o lado e que por isso terá de pagar as mobílias e o inquilino simplesmente pedir desculpa e dizer que deu um jantar de despedida e que deixou os amigos fumarem já no final da noite por cortesia e por cortesia ter deixado as janelas abertas da casa para o fumo passar. Não há como fazer prova disto. Logo, está chumbada a proibição de fumar.

— A não ser que o senhorio instalasse um detetor de fumo em casa...

— E agora?

— E agora o quê?

— E agora, com o detetor de fumo?

— Sim, o que tem? É um detetor que está ligado ao telefone do senhorio? Não pode! É uma tecnologia que está a limitar a liberdade do inquilino. Está a violar a liberdade de movimentos. Está a violar a liberdade de expressão...

— Mas fumar é uma forma de liberdade de expressão?

— Eu sei lá!... Pode ser! Porque não? Liberdade de expressão não é só falar ou escrever. É eu andar com um fio de prata com um símbolo qualquer religioso, é eu dançar, é eu andar com o rabo ou nariz empinado, é eu andar de mãos dadas com o meu namorado... Talvez fumar também faça parte da liberdade de expressão, sei lá... Porque não?

— Mas se eu até tenho detetor de fumo nos hotéis, porque é que eu, senhorio, não posso ter um dentro da casa que vou arrendar?

— Porque uma coisa é um hotel outra coisa é uma casa arrendada. Estamos a falar de regimes jurídicos completamente diferentes. Não tem nada que ver uma coisa com outra.

(...)

— Espero que não me deixem sozinho neste teatro...  
«Eu peça imensa desculpa Doutora Sheila... Mas se a doutora e os seus convidados não se importassem de apagar os cigarros...»;

«Como?????»;

«Eu não sou fumadora e o vosso fumo está-me a incomodar muitíssimo no meu local de trabalho...»;

«A menina é muito atrevida»;

«Ó Sheila, a sua menina Pureza está a ser muito atrevida...»;

«Assim não vou limpar a sala e vou sair mais cedo, porque já limpei a casa toda e só me falta mesmo limpar a sala. É que vocês nem de tios sabem fazer... Nunca vi uma tia chamada Sheila...»;

«A menina Pureza vai pedir desculpa a todos nós pelo seu atrevimento divertidíssimo, já nos divertiu muitíssimo, e vai limpar a sala com fumo ou sem fumo senão eu despeço-a! Ou isso, ou eu proíbo o seu namoradinho de entrar pela porta desta

casa para se dirigir ao seu quarto... Quer perder o namoradinho? Quer perder o emprego?»;

«Está me assediando, artigo 29º do Código do Trabalho!»;

«Mas eu estou a assediá-la como? Disparate... Nem gosto de mulheres como é que poderia estar a assediá-la?»;

«Constitui assédio no trabalho todo o comportamento seja ele físico ou psicológico ou verbal com o objetivo ou efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade ou criar-lhe um ambiente hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador e só se se tiver carácter sexual é que estamos perante um assédio sexual, senão estamos perante um assédio»;

«Onde é que você aprendeu essas coisas?»

«Eu sou estudante de Direito, doutora Sheila, estou aqui a limpar-lhe a casa para poder as propinas...»

«Pois... Está a ver...? As meninas da limpeza não deviam estudar Direito, porque depois querem armar confusão com tudo e com todos incluindo com a patroa e com os amigos da patroa... E fazem uma confusão desgraçada... Você só pode invocar o assédio baseado numa discriminação, percebe? Era

preciso haver aqui outra empregada e eu com ela fumar uma grande cigarrada e a si fazer-lhe a vida negra... Percebe? Falta-lhe um elemento importante... Falta-lhe noções básicas de Direito... Assim, parece só um cãozinho a ladrar... Nunca ouviu dizer que cão que ladra não morde? O seu Direito não nos morde... Quem o inventou foi o meu marido; percebe as coisas Pureza, ou não percebe? O meu marido que dá aulas na sua faculdade sempre disse que as meninas da limpeza não deviam estudar Direito... Agora percebo-o... E olhe que nenhuma aluna lhe instaurou nunca nenhum processo de assédio sexual... Também é normal, tens olhos verdes é musculado, é loiro... Agora pense, Pureza... Pense, pense... E pare de ladrar!»

— Olha... Não gostei nada do teu teatro, a sério... É que não tive piadinha nenhuma...

— Bom... E em relação aos animais que ladram?

— Em relação aos animais que miam ou ladram ou cantam o senhorio ou o condómino não podem ter nenhuma palavra sobre os animais de companhia... Com os cães que ladram muito tenho as minhas dúvidas...

— Eu não tenho dúvidas nenhuma. Aliás isto nem sequer fazia parte da ordem dos trabalhos... Por isso se não se importam, vamos avançar! Era o que mais faltava um senhorio dizer-me que eu não podia ter um cão...

— Eu acho que seria importante esclarecermos isto. Em primeiro lugar seria interessante deitarmos abaixo a lei que diz que eu, num prédio urbano, só posso ter 3 cães ou 4 gatos ou 4 animais no total, porque se eu viver num triplex em Lisboa e me apetecer ter 6 gatos ou 6 cães, 6 iguanas, 6 tartarugas, 6 camaleões, um casal de cisnes e de flamingos e 6 papagaios-

-cinzentos que os fui buscar a um Centro de Resgate de Animais Exóticos e não a uma loja de animais e todos os meus animais forem felizes comigo, porque os meus papagaios estão o dia todo fora a voar com os papagaios verdes de Lisboa e só voltam ao final do dia, porque os cisnes e os flamingos têm dois lagos no último andar da piscina, os meus répteis não estão presos em aquários andando livremente pela casa toda e os meus cães saem comigo de casa para o trabalho e ficam o dia todo num jardim a brincar enquanto eu trabalho, nenhuma lei arbitrária me pode dizer o que seja e interferir na minha vida real repleta de plenitude e felicidade.

[— Tlim]

— Ouviram agora ou não ouviram o “tlim”?

— Não ouvi “tlim” nenhum...

— Também não...

— Também não...

— E vocês?

— Não ouvimos também! Ninguém ouviu “tlim” nenhum.

— Mas eu juro que ouvi um “tlim”. Eu juro que ouvi uma máquina de escrever a fazer “tlim”. Eu juro que estou a ouvir uma máquina de escrever a escrever... Consigo ouvir o bater das teclas... Parece que há aqui uma máquina de escrever a escrever em tempo real o que estamos a dizer... Vocês não sentem isso? Talvez não tenham sido chipados como eu...

— Ainda não estamos em *2080* de Antoine Canary-Wharf...

— Mas eu estou a ouvir o “tlim” de uma máquina de escrever... Quando vocês fazem silêncio e ficam só a ouvir silêncio vocês não ouvem uma espécie de “som” continuado... Como se tivessem um dispositivo natural instalado dentro dos ouvidos ou dentro do cérebro... Não ouvem?

— Não... Talvez seja por isso que nós não ouvimos o “tlim” que tu ouves...

— Talvez essa máquina de escrever seja o teu próprio cérebro... Talvez consigas ouvir o teu próprio cérebro a escrever o que se está a passar na tua mente...

(...)

— Mas eu juro que estou a ouvir uma máquina de escrever a escrever o que estamos a dizer... Calem-se... Estão a ouvir o silêncio? Parou de escrever... Oh... Até os meus “ohs” eu estou a ouvir a serem escritos...

[Tlim]

— Vou ser arquiteto para quê? Para um ateliê, que também é uma empresa que me explora, ficar com todo o meu trabalho intelectual, o trabalho que fui eu que fiz aparecer no sistema, fui eu que imprimi no sistema e eu ir para casa nem com 900 ou 800 ou 700 euros para casa ao final do mês e ainda assim não conseguir pagar uma renda ou conseguir mas ficar com 100

ou 200euros para o mês, todos os meses, só com 200euros? Ter de sobreviver com 200euros???? Andar a desenhar casas milionárias, mas o milhão ir direitinho para o ateliê e eu ver esse milhão a entrar no ateliê, esse milhão que fui eu arquiteto que o fiz aparecer, mas nem sequer ter o tato de 1% do meu trabalho intelectual? Daquilo que fui eu que desenhei? Do meu desenho? O meu desenho valer 1 milhão, mas eu ir para casa com 0,1% do meu desenho? Ir para casa com 1000 euros ao final do mês? É um roubo! E ter os prazos como tem o arquiteto para entregar o projeto da obra? Isto faz um sentido... A vida assim faz um sentido doido...

— Para que é que vou escrever um livro se depois a editora, que é uma empresa, vai ficar-me com 90 ou 80% do meu trabalho intelectual? Quer dizer, fui eu que escrevi o livro, veio tudo da minha cabeça, a capa do meu livro foi o meu namorado que desenhou e depois foi uma prima minha que passou o desenho do meu namorado para computador e eu entreguei tudo isto de bandeja à editora e a editora vai e fica-me com 80% ou 90% do meu cérebro? Eu nem metade levo? Assim não consigo comprar casa nenhuma, sendo escritor, médico, advogado ou arquiteto, porque estamos todos a ser explorados! Uns mais que outros. Uns estão numa autêntica escravatura. Outros estão felizes a dançar enquanto a chuva cai, porque no final de contas, o que interessa é estarmos vivos e podermos viver e sabermos viver o processo!

— Mas até podemos ser muito felizes e ter nascido com os algoritmos da felicidade e aproveitarmos e desfrutarmos sempre do processo, porque sabemos viver, mas o que é facto, é que quando vivemos num sistema monetário, em que tudo é economia, então, importa que as coisas, se é para terem um preço, valerem um preço que seja justo, que seja adaptado à realidade. Não faz sentido nenhum, num país onde o ordenado

médio é 1000euros as rendas ultrapassarem esse valor ou quase atingirem esse valor!

— Desculpa interromper... Eu só queria dizer que em Lisboa o ordenado médio são 900euros e o valor médio de renda são 1100euros...

— Surreal! Isto é surreal!

— Não faz sentido nenhum! E eu sempre fui muito adepto da liberdade económica, nos testes de economia até me lembro de dizer que o Estado não podia por tetos máximos de renda, porque senão iria provocar, mais tarde, uma “falha de mercado”, como aprendemos em Economia, mas, enfim, isso são tudo tangas e isso é giro na teoria e na ficção. E a economia, que é uma pura ficção humana, não pode influenciar a vida real das pessoas. Pode teorizar os mercados e tal, mas numa situação destas, talvez fosse importante deixar a teoria económica e os algoritmos económicos que nos dizem que o Estado não deve intervir, e intervirmos mesmo. Por uma questão simples, em primeiro lugar, eu não posso ter pessoas a quererem estudar ou trabalhar em Lisboa e a não poderem fazê-lo, porque não conseguem tomar uma renda em Lisboa. Em segundo lugar, se quisermos ser assim tão económicos, eu, Estado Mínimo Intervencionista, tenho mesmo de intervir, porque senão eu vou ter um monte de senhorios “a viver de rendas”, a não terem mais de trabalhar porque de um T5 que têm a cair de podre conseguem fazer 4 mil euros por mês, se puserem cada quarto a arrendar por 800 euros, que nem sequer vão declarar, que as rendas são “o negócio” mais fácil para fugir ao Fisco. E é isto que eu vou ter, uma cambada de senhorios preguiçosos à sombra das bana-rendas, porque com 4 mil euros não precisam mais de trabalhar. E vão ficar a deambular no sistema como autênticos

parasitas, autênticos vírus, que vão desvirtuando toda a economia e todo o sistema.

— Mas vírus porquê?

— Porque vão ser eles os principais culpados dos nossos estudantes terem de emigrar ou terem de interromper os estudos, porque não têm dinheiro para pagar as rendas. Vamos lá pensar; se um médico, ainda que recebesse 1200euros soubesse que conseguia arrendar um T1 por 200euros em Lisboa ele quereria emigrar? Se calhar não... Mas se ele vê que em Lisboa as rendas estão a 1000euros, quando em Berlim ou em Amsterdão as rendas também estão a 1000euros, mas em Berlim ou em Amsterdão ele vai ganhar o quadruplo ou o nónuplo, então é para lá onde ele vai. O que é que ele está a fazer? Está a tentar viver! Ele não vai ficar cá a sobreviver! Ele não foi para Medicina para chegar ao final do mês e andar a contar trocos... E ele não está a virar costas ao país onde se formou, porque quem lhe virou as costas fomos nós, Portugal, que nos marimbámos para isto, com a ilusão que nos meteram na cabeça em Economia, que o Estado não pode intervir nos mercados, que os mercados têm uma lei natural e que é bonito é ficar a ver-se de fora como as coisas naturalmente vão acontecendo... Pois vão acontecendo... Vão emigrando... É o que vai acontecendo... Centenas de estudantes portugueses que já estão a aprender alemão e holandês para se pirarem daqui para fora, porque têm memória daquilo que o sistema lhes prometeu: se fores para Medicina vais ter uma boa vida. E é por isto que o Estado se vê obrigado a intervir, quando não era para intervir. É isto que é a definição de mínimo Estado intervencionista. É o Estado só intervir quando é necessário. E neste caso, é extremamente necessário!

— Ah! Então, afinal a culpa sempre é dos senhorios...

— NÃO!

— A culpa é do próprio mercado imobiliário. Os senhorios não têm culpa. Os senhorios acompanham o mercado, o que é que haverão de fazer? Se há senhorios a pôr um quartito a arrendar por 600 euros, quando ontem arrendava-se um quartito por 40, 60 ou 70 euros, que é esse o preço justo, de um “quartito”, eu, senhorio, vou imitar, porque vejo que 600 euros pega... Porque vejo um fulano a celebrar um contrato de arrendamento desses... Vou a correr despejar o meu inquilino e vou voltar a arrendar não por 60 euros, mas agora por 600 euros porque já sei que vai pegar...

— E pegou...

— Pois pegou...

— É uma autêntica moda, não tem outro nome...

— Enfim, viam-se quartos a cento e tal, 150euros, mas eram quartos espetaculares... Espaçosos, iluminados, com grandes terraços com casa de banho privativa, até me lembro de ver uns mobilados com um pequeno sofá e uma mesinha a fazerem também de sala no quarto... Era porreiro para a malta das faculdades, para levarem lá as namoradas e os namorados ou mesmo viverem com eles ou levarem lá um ou outro amigo, dava para abrir perfeitamente uma garrafinha de vinho e ficar-se a conversar a noite toda, mesmo que se vivesse numa casa partilhada, porque era um quarto que tinha condições para receber as visitas e tinha boas vistas para impressionar as visitas e as namoradas, não era?

— E 250 euros era um T1 normalíssimo...

— E na Quinta das Conchas um T3 há 4 anos era 450euros... Agora, nem quero imaginar...

— Agora, por esse valor nem um quarto encontras lá...

— Então qual é o instrumento jurídico tecnológico que tens para resolver isto?

— Como sou um liberal económico e vejo o direito de propriedade como um direito absoluto, em que nem o Estado deveria poder expropriar, mas enfim pode expropriar desde que indemnize aos milhões, porque para nós o direito de propriedade é sim um direito absoluto e custa-nos muito ver o Estado a mexer nas casas das pessoas e nos valores das rendas diretamente...

— Porque ao mexer nas rendas, estipulando tetos máximos seria como se estivesse a mexer com o direito de propriedade das pessoas e com a liberdade económica delas...

— Exato... Obrigado por me teres interrompido... Então pensei num instrumento que conseguisse fazer isto de uma forma mais indireta... Através do Fisco. Inspirei-me um pouco no modelo dinamarquês no tributo dos ordenados... Aqui iríamos tributar as rendas um pouco ao estilo como a Dinamarca tributa os ordenados. Mas aqui em Portugal com uma penalização. Para determinada casa que vai ser arrendada tem de ser inserida numa plataforma obrigatória legal. Nessa plataforma legal, vamos ter avaliadores administrativos que vão olhar para aquela casa e vão dizer qual o preço justo daquela casa. Vamos supor que o preço justo de uma casa é de renda 500 euros. Se o senhorio arrendar até esse valor, fica livre de qualquer tributo. Porquê? Porque o Estado quer que os portugueses consigam de facto, pelo menos, arrendar uma casa. Que consigam viver e não sobreviver em Portugal, aumentando os índices invisíveis de

felicidade dos portugueses. Mas o senhorio é livre de arrendar a sua casa ao preço que quer. A partir de 1 euro que comece a arrendar acima dos 500 euros vai levar com o tributo proporcionalmente. A ideia é desincentivar por completo um senhorio a praticar rendas insuportáveis de 2000, 3000 ou 5000 euros por um apartamento que não vale isso, ao ponto de termos tributos de 70%, 80% numa espécie quase de confisco. Isto basicamente é o Estado a querer passar uma mensagem aos senhorios a dizer que não quer compactuar com eles. Porque quando um senhorio vem declarar ao Fisco uma renda, já sabe que vai ser tributado, e, portanto, há aqui uma hipocrisia tributária, porque o Estado vai ver dinheiro a entrar para os cofres de Estado. Assim, os senhorios não vão querer arrendar as casas por um valor muito acima daquele que o avaliador avaliou a casa, porque se não já sabe que o dinheiro vai todo é para o Estado, dinheiro esse que o Estado vai canalizá-lo tão-só para obras públicas que se destinem à construção ou impressão de prédios para recém-licenciados, recém-casados, estudantes e pessoas em situações de sem-abrigo.

— E para a compra e venda de imóveis esse teu instrumento também seria fazível?

— Sim, seria. Far-se-ia o mesmo. A ideia é a mesma. É nós olharmos para uma casa e vemos que essa casa não vale 6 milhões, mas vale 1 milhão. Se calhar, por 1 milhão eu já tenho recém-casados em determinadas profissões que conseguem perfeitamente pedir um crédito ao banco para conseguirem comprar a casa. Mas se for uma casa de 6 milhões quem é que é o português senão empresário que consegue comprar essa casa? Nem um escritor, nem um cantor, nem um ator em Portugal... E eu não posso andar a abater árvores e a destruir dunas para construir casas para os estrangeiros comprarem as casas que os portugueses não conseguem comprar e ficarem a ver os

estrangeiros a ocuparem tudo. Porque os estrangeiros estão a vir para cá comprar as casas de férias que nós não conseguimos comprar. E eu tenho de ter leis mais protecionistas que protejam mais as nossas abelhas e não as vespas asiáticas, que adoram o nosso clima, as nossas praias, as nossas serras, as nossas montanhas, as nossas cidades, porque o nosso Parlamento é aqui em Portugal, não é na Espanha, nem na França, nem na Itália, nem na China, nem no Japão.

—Tu não estás a chamar vespas asiáticas aos estrangeiros, pois não?

— Claro que não! Mas por muito que estejamos na União Europeia e por muito que adoremos todos os estrangeiros e os recebamos de braços abertos, na hora de comprar casa e na hora de defender as nossas árvores e as nossas dunas, convém sermos protecionistas, quando vemos que há portugueses a passar grandes dificuldades.

— Bom... Eu percebo o que tu disseste... Mas eu acho um pouco ofensivo o que tu disseste...

— Ofensivo?

— Sim, acho que foste um pouco ofensivo para os estrangeiros... Ofendeste de certeza estrangeiros... Além de que eu não vejo nenhum problema, estrangeiros comprarem casas de 6 milhões em Portugal...

— Mas nem eu! Que intriga é que estás a querer montar contra mim? Sabes porque é que eu acho que tu dizes isso? Porque a tua casa que tu compraste ontem por meio milhão hoje consegues vendê-la por 6 milhões e sabes perfeitamente que só

um estrangeiro é que poderá conseguir comprar a tua casa de 6 milhões.

— Nem sequer tinha pensado nisso. Nem sequer quis montar intriga nenhuma contigo.

— Mas montaste! Tu dizes que não vês problema nenhum, um estrangeiro comprar uma casa de 6 milhões em Portugal... Pois, eu vejo; quando em Portugal nenhum português consegue comprar...

— Eu sou português e consigo comprar uma casa de 6 milhões... Aliás... Tenho uma relação de confiança muito interessante com o meu banco que de certeza absoluta que ele financiar-me-ia todos os meus sonhos, incluindo a casa dos meus sonhos...

— Só se for o nosso Bank (...) e a casa dos teus sonhos for uma casa ecológica completamente integrada na natureza feita de matérias sustentáveis em que nenhuma árvore teve de ser abatida para o teu sonho se tornar realidade.

— Não vejo qual é o mal de um privado construir um complexo de apartamentos perfeitamente integrado na Natureza sem pôr a Natureza em xeque e o privado, que foi ele que construiu, vender o apartamento pelo preço que quiser. Nós não nos podemos meter nos negócios das construtoras e das promotoras imobiliárias!

— Dizes isso porque és sócia de uma promotora imobiliária 100% independente que não pede fundos europeus nem créditos protocolados aos bancos com uma garantia mútua do Estado português... Mas e as construtoras estrangeiras que vêm construir para Portugal? Eu quero lá saber que a construção

é ecológica e que se insere perfeitamente na Natureza! O que eu sei, é que menos um bocado de Terra português, foi tirado aos portugueses! Mas andamos a destruir dunas, a abater árvores, a modificar paisagens, a privatizar praias e montanhas em Portugal só para “inglês” ver? Não pode ser! E aqui ninguém está a pôr de fora os estrangeiros! Porque eu quero ingleses e holandeses a viverem em Portugal! Quero alemães a viverem em Portugal! Quero dinamarqueses a viverem em Portugal! Quero noruegueses a viverem em Portugal! Quero suecos a viverem em Portugal! Quero finlandeses a viverem em Portugal! Quero franceses e espanhóis a viverem em Portugal! Quero gregos e romanos e românticos em Portugal! Quero islandeses a viverem em Portugal! Mas que isso não signifique um chuto no cú dos portugueses para terem de viver fora de Portugal! Que signifique tão-só o valor das casas estar perfeitamente harmónico ao valor dos ordenados. Que eu, Administração Pública, não deixe uma empresa construir prédios milionários em Lisboa quando não há ordenados milionários em Portugal.

— Mas há! E futebolistas?

— E se eu, empresa, quiser construir um prédio só para futebolistas, o Estado vai impedir-me?

— Boa questão! Não sei se podemos ser assim tão drásticos...

— Mas a ideia é a mesma. Primeiro vamos ter os avaliadores que vão avaliar a casa e por mais que o apartamento seja luxuoso, eu não posso perder a memória e ser hipnotizado por outros prédios milionários que dizem que vale 30 milhões quando não vale coisa nenhuma! É um absurdo! Nem o palácio mais bonito tem esse valor! 6 milhões para uma moradia é um exagero! Uma moradia não custa esse dinheiro! Se tivermos a

falar de uma quinta não sei com quantos hectares, tudo bem... Podemos conseguir avaliar, claro, quintas em 6 milhões. Mas eu tenho moradias só porque estão dentro de condomínios de golf a serem vendidas por 20 milhões, por 12 milhões, por 8 milhões que valem 1 ou 2 milhões, nem sequer valem 3 milhões. Para quem sempre acompanhou o mercado imobiliário nacional e internacional, sabe disto muito bem! Isto foi assim de repente! E para as pessoas que andaram desligadas do mundo e de repente vêm-se confrontadas com estes valores começam a achar normais. Mas não são normais coisa nenhuma! Em Londres e em Paris há apartamentos desses, prédios desses, em que um apartamento é vendido por 5, 10, 15 ou 20 milhões. É um absurdo! Há futebolistas a comprarem, empresários a comprarem, cantores a comprarem, escritores a comprarem... Mas não são de certeza, absoluta, nem os nossos empresários, nem os nossos cantores, nem os nossos escritores a comprarem apartamentos desses. Lembram-se do condomínio de luxo com apartamentos gigantes em linhas e tons castanhos e pretos com piscina, jardim e vistas sobre o mar que foi construído em Cascais há uns 7 anos?

— Até fomos lá ver o andar-modelo e tudo...

— Exatamente... Esses apartamentos custavam a partir de 400 mil euros até aos 750 mil euros se fosse um T6 ou T7 em duplex... Hoje os preços continuam os mesmos. Há lá um apartamento que está a ser vendido por 400 mil euros e ali na zona “tenho” agora outros apartamentos também em condomínio de luxo a serem vendidos por esses 400 mil ou 500 mil ou 750 mil euros. Os mesmos apartamentos, iguaizinhos em Londres ou Paris sabem quanto é que custam?

— 20 milhões...

— Pois é... E se for no último andar custam 80 milhões se for preciso. E o mais engraçado é que eu vou ter alguém a comprar esse apartamento de 80 milhões...

— Não sabe mesmo o que há de fazer ao dinheiro... Parece que está em pressão...

— E está... Sob pressão económica... É o mercado que o está a pressioná-lo, a exercer domínio mental nele, a hipnotizá-lo. Mas isto é giro ver-se de fora. Quando não é nada connosco. Agora eu não posso é permitir essa estupidez aqui em Portugal! Podem construir-se à vontade prédios luxuosos em Portugal. Que se vendam os apartamentos por 400 mil ou 500 mil ou 600 mil ou 700 mil... Vá... 750 mil euros se for um triplex ou um duplex um T6 ou um T7 com um terraço-zorro de perder a vista e uma piscina infinita... Mas não mais que isso. Porque mais do que isso, para um apartamento, é um absurdo! Já encontramos o nosso referencial. É esse! 750 mil euros para um apartamento de luxo, seja em condomínio ou em palácio ou num castelo ou num mosteiro ou num convento ou num solar.

— Porque é isso que é normal. Eu conseguir comprar um apartamento bom, bom mesmo, um duplex com um terraço, com garagem por 250 mil euros. E se quiser estar num condomínio de luxo então tenho de pagar o dobro e pago 500 mil euros.

— Mas não pode passar muito mais disto. Não pode passar mais do que aqueles 750 mil euros.

— Uma moradia não pode ultrapassar o milhão e meio...

— Vá... Os 2 milhões...

— E se passar, o Fisco tem de penalizar, tributando. A ideia do instrumento no Código da Moda é conseguir “curar” a moda. Conseguir regulá-la... E claro que não são todas as casas que podem valer o milhão e meio e ninguém está a dizer que não se possam vender casas em Portugal acima de 2 milhões, porque pode-se. Mas para tal, têm mesmo de valer mais que 2 milhões. Porque se o proprietário tiver uma casa que de facto valha 5 milhões e ele queira vender a casa por 5 milhões, o Fisco não deve tributar nada pelo Código da Moda. Deverá tributar claro, naturalmente, pelo Código Fiscal. Mas isto tudo porquê? Porque eu devo prevenir uma evasão de vespas asiáticas. Portugal é um país que tem tudo para um estrangeiro querer viver.

— O Serviço Nacional de Saúde, em orgias de ideias de merda com o governo dos chips e dos drones, está com ideias de prender os médicos ao Serviço Nacional de Saúde por determinados anos “infinitos” numa espécie de “serviço militar” que tem de prestar à “Força Aérea”, antes de poder ir para “voos mais comerciais”. Mas na Força Aérea isto percebe-se porquê. Porque eu, Força Aérea, e, portanto, Estado, gastei dinheiro a formar os meus pilotos dando-lhe horas de voo que lá fora custavam 60, 70, 80 ou 90 mil euros. Se todos se lembrassem de ir para a Força Aérea só para receber as horas de voo para depois poderem ir para as companhias aéreas, a Força Aérea ficava sempre a perder, e, portanto, estipula um tempo mínimo de serviço. Com os médicos isso já não faz sentido nenhum, porquê? Porque em primeiro lugar, os estudantes de medicina tiveram de pagar as propinas, ou seja, durante 6 anos, pagaram 6 mil euros pela sua formação. No Exército, na Marinha e na Força Aérea não tiveram de pagar formação nenhuma. Depois desses 6 anos, o médico vai entrar no ano comum, que é aquele ano que vai passar por várias especialidades, mas a trabalhar como médico interno do ano comum em Pediatria, Cirurgia, Medicina Interna, Psiquiatria, e Medicina Geral e Familiar a ganhar 1200 euros.

Depois desse ano comum, o médico vai começar a especialidade que pode ir até 6 anos. No 3º ano de especialidade está o médico ainda a ganhar 1000 e tal euros com 4 anos de serviço e 6 anos de estudo...

— Ou seja, em 10 anos, sempre a estudar, o médico ainda nem sequer ganha 2000 euros... Ridículo!!!!!! Isto é uma escravatura!!!!!!!!!! Vivemos na merda de uma escravatura! Vamos acabar com esta merda ou quê? Portugal ainda deve estar preso às histórias do Ultra-Mar, só pode...

— Até que chegamos ao 6º ano de especialidade e finalmente passados 13 anos, agora que o médico estava livre para poder ir para o privado ganhar mais dinheiro, afinal vem um governo e diz-lhe que não pode. Que vai ter de prestar “serviço militar”. Ora, o “serviço militar” foi durante aqueles 7 anos! Não pode o Estado “vir obrigar” os médicos a ficarem no público e não poderem ir à vontade para o privado. O que é que isso vai fazer? Vai fazer com que os privados vão buscar médicos lá fora pagando-lhes ordenados para poderem comprar as casas em Portugal que os médicos portugueses não conseguem comprar, porque um governo contra os médicos portugueses, decidiu prender-lhes a um “sistema” de saúde público que paga mal aos médicos, quando temos ao mesmo tempo outros “sistemas” de saúde privado que pagam o justo aos médicos, dignificando a profissão de médico. E vou ver médicos estrangeiros com os ordenados dos hospitais privados a comprarem as casas em Portugal que nenhum médico português consegue.

— Que nenhum médico português nem nenhuma outra profissão que não seja a de futebolista ou empresário.

— E por isso, prevendo estes cenários e acompanhando a realidade económica, eu não posso permitir que uma empresa

venha cá para Portugal construir casas que os portugueses não conseguem comprar.

— Isto faz lembrar aquilo que aconteceu com a mão-de-obra, que se ia buscar lá fora porque era mais barata. Seria um absurdo, num país haver uma clara distinção de médicos que eram portugueses dos médicos que eram estrangeiros. Seria um absurdo, um médico estrangeiro receber mais em Portugal que um médico português, só porque o médico estrangeiro não tinha sido aprisionado ao Serviço Nacional de Saúde como os médicos portugueses ou estudantes de medicina que tinham feito a formação cá em Portugal.

— Então, como pomos o instrumento jurídico no Código da Moda?

— Esperem... Não sei se concordo com isto para a compra e venda de casas... Percebo perfeitamente para a questão das rendas... Mas para a questão da compra e venda...

— É claro... O poder subiu-te a cabeça... Lembraste-te que podes vender a tua casa na Quinta do Lago por 6 milhões...

— Não é nada disso... Esquece que eu tenho uma casa na Quinta do Lago...

— É um bocado difícil, não é? Tendo em conta que te estás a opor ao meu regime jurídico, não me posso esquecer que só te estás a opor a ele porque o meu regime prejudica-te patrimonialmente...

— Por acaso, a casa, na altura, custou-me meio milhão... Mas hoje consigo perfeitamente vendê-la por 6 milhões, porque tenho americanos, brasileiros, alemães, holandeses, franceses e

ingleses com muito dinheiro que me compravam até por 12 milhões... Tudo bem que só paguei meio milhão, mas e se eu tivesse pago 7 milhões?

— Essa é fácil. O meu regime contempla essa exceção. Se pagaste 7 milhões, podes vendê-la por esse preço base.

— E a minha margem de lucro?

— Podes ter uma margem de lucro até 1 milhão e meio. Ou seja, se compraste uma casa por 7 milhões podes vendê-la por 8 milhões e meio sem seres tributado pelo Código da Moda.

— Uau! Obrigado! No entanto, como a casa só me custou meio milhão e provavelmente o arquiteto administrativo avaliaria no máximo a minha casa por 750 mil euros, eu só poderia vendê-la por 750 mil euros, é isso?

— Não, nesse caso a tua margem de lucro poderia ser de até 250 mil euros... Uma margem de lucro muito simpática, a meu ver...

— Desculpa lá, mas donde é que isso apareceu?

— Da minha cabeça.

— Tu nem contaste com a margem de lucro... Apareceu agora da tua cabeça?

— Conte sim...

— E onde é que está uma regra? Uma regra escrita no teu regime sobre as margens de lucro?

— Está aqui: se investiste 500 mil euros num imóvel, podes vendê-lo com uma margem de lucro de até 125 mil euros sem seres tributado pelo Código da Moda. Se investiste entre 750 mil euros até 1 milhão e 200 mil euros a tua margem de lucro na venda vai até 250 mil euros na venda sem tributação. Para prédios de 5 milhões até 10 milhões a margem de lucro livre de tributação no momento da venda é de até 2 milhões. Para prédios de 11 a 15 milhões o lucro vai até 3 milhões. De 16 a 20 milhões o lucro vai até 4 milhões. De 21 a 25 milhões o lucro vai até 5 milhões. Para prédios acima de 26 milhões o lucro da venda pode ser até 8 milhões livre de tributação... Enfim, é só um pequenino incentivo para milionários que já investiram... Assim não há choros milionários.

— Eu não concordo com isto. Voto contra!

— Claro que vais votar contra porque tens uma casa que sem o meu instrumento jurídico poderias vender a um estrangeiro milionário pelos milhões que quisesses...

— Eu tenho algumas reticências sobre o teu regime. Temos de conseguir ter visão. Ter de ser visionários. Hoje, comprar uma casa é como pôr uma bandeira. Portugal é um país muito pequeno. Se me disserem que há um “terreno pequeno” onde eu tenho uma ideia de construção espetacular de construir umas 20 ou 40 ou 60 casas milionárias num terreno que eu comprei e onde eu sei que vou atrair estrangeiros em virem viver para Portugal, onde nem os próprios portugueses querem viver, eu não vejo como o Estado possa impedi-lo. Até porque, parece-me uma injeção de capital que pode ser muito importante para a própria economia do Estado. O problema disto é eu “privatizar” ou tornar completamente estrangeira uma aldeia, vila, ilha, península em que eu, Estado, deixo estrangeiros expulsarem

portugueses de Portugal ou vejo estrangeiros a sufocarem ou asfixiarem portugueses com rendas disparatadas.

— Eu percebo perfeitamente o que estás a dizer. Mas que diferença faz ser um estrangeiro ou um português a sufocar um português ou um estrangeiro em Portugal? Do mesmo modo que um estrangeiro pode comprar um apartamento em Lisboa e arrendá-lo, tu podes comprar um apartamento lá fora e pô-lo a arrendar pelo preço que quiseres sem que te apercebas que estás a asfixiar ou a sufocar também uma classe económica do país onde compraste uma casa. Portanto, a conversa com ou sem estrangeiros neste momento é um pouco indiferente. O que nós não queremos é que uma classe economicamente privilegiada seja ela de portugueses ou estrangeiros inflacione o mercado imobiliário sobretudo na questão das rendas. Eu acho que é só disto do que se trata, ou não?

— Sim.

— Aqui, ninguém tem culpa de ter grandes casas nem tem culpa de as querer ou poder vender pelo preço que quiser. No entanto, quando vemos portugueses aflitos para poderem arrendar, porque o ordenado não chega, eu, Estado, tenho de “fazer alguma coisa” e neste “fazer alguma coisa” tenho de regular as rendas para tornar a ser possível qualquer português ou estrangeiro que estude ou trabalhe em Portugal possa tomar uma renda. Isto é simples de ver, ou não? Eu não posso ter casas a serem arrendadas por 500 ou 600 euros quando essa renda é metade do ordenado de um médico. Das três uma: ou aumento os ordenados, ou regulo as rendas ou aumento os ordenados e regulo as rendas.

— Mas ainda assim, na questão da compra e venda dos imóveis ainda não estou convosco...

— Eu tinha pensado, para o caso de resistirem ao meu instrumento, num prazo temporal. Eu, proprietário, que quero vender a minha casa, pergunto primeiro ao mercado se um português ou um estrangeiro residente em Portugal está interessado em comprar a minha casa praticando um preço de moda bem visto aos do Código da Moda sem me tributar. Espero 6 meses. Se em 6 meses não aparecer nenhum português ou estrangeiro residente em Portugal interessado, então eu posso sair do Código da Moda e posso vender a minha casa ao preço que quiser sem ser tributado pelo Código da Moda. O importante aqui é dar publicidade à venda. Inventamos um novo boletim online: Boletim da Venda de Imóveis. A partir do primeiro potencial comprador damos o prazo de 15 dias para fechar o anúncio. Se mais nenhum interessado aparecer, o proprietário pode vender diretamente ao interessado. Se for mais que um interessado, abre-se uma espécie de concurso público com prioridade para os jovens recém-licenciados ou recém-casados em que este “recém” contempla, pelo menos, um estado de 5 anos...

— Até sou capaz de concordar... Os prazos parecem-me importantes para “dar tempo” a um português ou um estrangeiro residente em Portugal ir ao banco e conseguir um financiamento.

— Se não tiver capitais próprios como é que vai conseguir pedir um crédito à habitação?

— Eu disse que também tinha um novo instrumento jurídico para incluirmos no nosso Código da Moda... Porque isto vai pegar moda... Já que temos bancos a fazerem anúncios divertidíssimos sobre o carbono em que dizem aos jovens para abrir contas verdes poupanças sem emitir carbonos, vamos ver se começamos também a ouvir os novos anúncios bancários para os jovens sem capitais próprios para pedirem um crédito à habitação...

— Regime do Crédito à Habitação Sem Capitais Próprios? Parece-me interessante... Parece que vai ser um regime que vai pegar moda... Conta lá então como é que vamos regular esta moda.

— Bom... Os bancos vão ter de conceder obrigatoriamente crédito à habitação sem capitais próprios a determinados jovens que tenham determinadas profissões e em determinadas condições. Os bancos têm de começar a olhar para as profissões. Determinadas profissões que sabemos que são “seguras” como médicos, enfermeiros, funcionários públicos, magistrados, bombeiros, policias, enfim, todas as profissões que nós sabemos que “não podem ficar desempregadas”, porque não dependem de uma empresa, os bancos estão obrigados a conceder crédito à habitação sem capitais próprios. Fazemos o limite do crédito baseada na esperança média de vida. E vamos usar os 70 anos. Sabemos que vivemos mais, mas vamos usar os 70 anos. Isto quer dizer que o jovem se aparecer no banco com 20 anos poderá pedir um crédito à habitação sem capitais próprios até 50 anos. Se aparecer aos 25, poderá pedir até aos 45 anos. Se aparecer aos 30, poderá pedir até aos 40 anos. Se aparecer aos 35, poderá pedir até aos 35... É claro que podemos ter bancos mais empáticos, mais humanos e mais científico-tecnológicos que na sua liberdade bancária podem olhar para o jovem e ver a telometria dos seus genes, saberem que estamos a falar de um jovem que é saudável que não come carnes vermelhas, não fuma, pratica desporto, não está permanentemente exposto a ambientes com radiações, enfim, os bancos que usem a sua criatividade para bancar as suas ideias, e decidirem conceder um crédito a um jovem de 30 anos sem capitais próprios de 60 anos, porque têm a arvore genealógica na mão e estão a ver que os avozinhos estão vivos com 100 anos e são saudáveis e como o neto não fuma e é médico o banco sabe

que o médico, em princípio, é capaz de aguentar os 90 anos como os avozinhos...

— Ai, adoro! Adoro os bancos! Sempre gostei muito do Direito Bancário... Podemos fazer coisas tão giros com o Direito Bancário, já viram?

— O Direito Bancário prevalecerá sempre sobre o Direito Constitucional sempre que for mais favorável do que as leis emanadas pelo Parlamento. Não nos podemos esquecer que os bancos estão bloqueados para concederem o crédito à habitação sem capitais próprios por causa da merda de um decreto-lei que sai da merda de um governo que acha que todos nós temos de nascer ricos e com capitais próprios!

— Sim, acabou-se esse mínimo de ter de ter 10% de capitais próprios! Eu não tenho de nascer com 10% de capitais próprios! Se eu quiser um crédito para comprar uma casa de 250 mil euros, está uma merda de um decreto-lei a bloquear os bancos que me dizem que eu preciso de ter na mão 25 mil euros... Mas eu não tenho 25 mil euros. O que eu tenho na mão é uma cédula emitida pela Ordem dos Médicos e um contrato de trabalho do hospital que me paga 1200 euros e que eu sei que consigo tirar 500€ para ir pagando a minha casa ao banco e não a um senhorio! Porque eu quero ter a minha casa! Quero investir é na minha casa! E o banco tem de olhar para mim, tem de ver que eu sou médico, que tenho 30 anos e que em 45 anos consigo ter a minha casa paga!

— Ainda por cima estamos a falar de uma profissão em que o ordenado vai aumentando com a progressão na carreira...

— Somos contra esta progressão na carreira. Somos a favor que um médico ou um juiz ou um polícia ou um bombeiro

comece a receber logo no seu primeiro ano de trabalho aquilo que iria receber no seu 10º ano de trabalho, porque o médico quer comprar agora a casa, quer começar a pagar agora ao banco, não é daqui a 10 anos, quando não tiver ainda capitais próprios porque não conseguiu acumular, porque teve de pagar rendas absurdas e já está mais velho, já não é jovem e já não pode pedir um crédito de 40 anos e assim terá de ver uma casa ainda mais barata... Ou seja, estamos só a dificultar a vida ao médico... Mas enquanto sobreviver este sistema ridículo de “progressão na carreira”, em que muitas vezes são os estagiários que trabalham muito mais do que os “velhos do sistema”, o banco tem de olhar para as carreiras e para o ordenado que vai progredir na carreira...

— Só para simplificarmos as coisas e para os bancos poderem visualizar, já que há bancos invisíveis por detrás a financiarem este teatro... Um médico ou um juiz chegam ao banco sem capitais próprios a pedir um crédito à habitação...

— Quanto é que o médico está disposto a pagar mensalmente ao banco pela casa?

— 500 euros...

— Quantos anos tem o médico?

— O médico tem 25 anos.

— Não fuma, é saudável?...

— Não fuma...

— Come carnes vermelhas?

— Não come...

— Os avós estão vivos?

— A avó paterna morreu com 100 anos e o avô paterno está vivo com 96 anos. Os avós maternos morreram com 90 anos.

— Bom... Se o médico quiser entregar a árvore genealógica para o banco comprovar a história clínica o banco na sua liberdade bancária está disposto a bancar uma casa ao médico até 780 meses (65 anos) sem capitais próprios, o que quer dizer que o médico pode ver uma casa até 390 mil euros... Se a história for mentira ou o médico estiver muito preocupado em facultar os seus dados médicos e genéticos ao banco, então aplicamos o referencial de esperança mínima de vida de 70 anos e como o médico tem 25 anos o banco está obrigado a conceder o crédito até ao limite máximo de 45 anos (540 meses), o que quer dizer que o médico pode ver uma casa até mais ou menos 270 mil euros, sem contar com as comissões e juros bancários...

— Isto é que faz sentido! O nosso Direito é que faz sentido! E ainda por cima é um Direito amigo dos bancos...

— Por isso é bom que os bancos fiquem connosco...

— Senão, entramos nos bancos a matar...

(...)

— Tributação da sobrevalorização imobiliária... Podemos pôr assim como epígrafe o que acham?

— Sim, perfeito. E como seria a regra do tributo?

— Inventamos uma fórmula matemática. Usamos para a venda os 500 mil euros e para a renda os 500 euros. Em que se uma casa for avaliada em 500 e o vendedor ou o senhorio quiserem triplicar o preço vamos confiscar em 80%. Ou seja, se o vendedor quiser vender por meio milhão e o inquilino quiser arrendar por 1500 euros já sabem que só vão ver 20% desse dinheiro. Se quiserem dobrar então metade vai para o Estado, fazemos um tributo de 50%. Se vender ou arrendarem no preço-justo de mercado o Código da Moda fica quieto e não tributa nada.

— Parece que queremos ser Portugal e somos portugueses e acabámos de resolver o problema dos portugueses, que era um problema nosso! (...)

**Para ver os outros demos desta obra, na página dos Member Writers no site da Jupiter Editions [www.jupitereditions.com](http://www.jupitereditions.com) vá à subpágina do autor e clique nos botões dos vários demos.**

Este demo foi publicado pela Jupiter Editions em [www.jupitereditions.com](http://www.jupitereditions.com) no dia 23 de agosto de 2021 pelas mãos e vontade do autor para a apresentação, divulgação e tradução do seu verdadeiro espírito contra qualquer deturpação.

Não passe a mensagem deturpada!

## Passe a Missão Jupiter Editions!

**Uma Missão de Paz! Uma Escrita pela Paz!**



**Não deixe o espírito deste  
autor morrer.**

**Está nas suas mãos não  
deixar o espírito deste  
autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor  
para o IBAN  
PT50 0010 0000 58544220001**

**ou MB WAY 965108603**

**O seu donativo é muito importante  
para proteger a qualidade de  
escrita do autor e não deixar o  
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor  
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o  
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o  
IBAN**

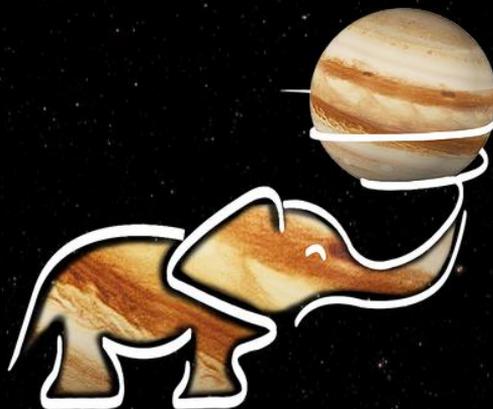
**PT50 0010 0000 58544220001**

**ou MB WAY 965108603**

**Missão Cumprida!**

**Passa a Missão [online!](#)**

**[JUPITEREDITIONS.COM](http://JUPITEREDITIONS.COM)**



**JUPITER EDITIONS [.COM](http://JUPITEREDITIONS.COM)**